

Reserva legal e área de preservação permanente

11 pontos para reflexão

1 A Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal, foi acrescida de alterações e dispositivos pela Medida Provisória nº 2166-67, de 24 de agosto de 2001.

2 Ao longo do tempo, o conceito do Código passou de suporte conservacionista à atividade rural para se vincular à necessidade de uso sustentável dos recursos naturais, reabilitação dos processos ecológicos, manutenção da biodiversidade e proteção da fauna e flora nativas;

3 Essa mudança conceitual implica redução das áreas potencialmente destinadas à produção rural, em vez de estimular a proteção da fauna e da flora em áreas de solos inapropriados para cultivar. Não define áreas sob tutela do Estado para proteção de biomas importantes;

4 Em ambos os instrumentos legais, o tema crítico diz respeito à inexistência de exposição de motivos para a adoção dos institutos e das medidas métricas e de proporção, respectivamente, as Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal;

5 Para que a Reserva Legal se justifique e cumpra sua função ambiental falta determinar:

- a. O embasamento técnico e científico;
- b. A realização do zoneamento ecológico e econômico pelo Poder Público conforme competência estatuída no Artigo 225, da Carta Constitucional.

6 Cada estado da federação tem por obrigação elaborar sua própria po-

lítica florestal, com parâmetros e limites adaptados à realidade social, econômica e ambiental do seu território, como informado no Artigo nº 225 da Constituição Federal;

7 Os parâmetros definidos para o percentual de proteção da Reserva Legal e as metragens das Áreas de Preservação Permanente:

- a. Não são baseados em estudos de viabilidade e eficácia ecológica dos biomas e das bacias hidrográficas;
- b. Ferem a autonomia federativa.

8 A proibição de computar a Área de Preservação Permanente no percentual

de Reserva Legal a ser averbada não é uma alternativa de uso sustentável para viabilizar economicamente a propriedade rural;

9 A averbação de Reserva Legal em estados com estrutura fundiária constituída de pequenas e médias propriedades:

- a. Pode formar fragmentos florestais esparsos e desordenados;
- b. Pode não contribuir para a estruturação dos ecossistemas, a funcionalidade ecológica e a biodiversidade.

10 A compensação da Reserva Legal vinculada à localização da área a ser averbada na mesma micro bacia hidrográfica do imóvel, além da falta de fundamentação técnica, não permite a formação de condomínios de bacias de Reserva Legal em extensões suficientes para cumprir a função ambiental;

11 O Zoneamento Agroecológico deve focar as necessidades dos ecossistemas com equilíbrio biológico para determinar a proporcional demanda territorial. Isso estimula a formação de grandes fragmentos florestais, de forma coordenada e tecnicamente fundamentada. ■

12 anos de discussão

O Código Florestal, instituído pela Lei nº 4771, em 15 de setembro de 1965, trata das normas do uso comercial dos recursos florestais. Em 42 anos de existência ocorreram muitas mudanças nas áreas rurais não previstas pelo código. Isso foi motivo para a criação de divergências de entendimentos em relação às normas

O presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da Medida Provisória nº 1.511, procedeu a determinadas alterações no Código Florestal, com o objetivo de uma proteção legal mais rigorosa do bioma amazônico. A referida MP foi reeditada diversas vezes.

Em dezembro de 1999, o deputado federal Moacir Micheletto levou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.736, então em sua 39ª edição. O projeto foi rejeitado em 29 de Março de 2000 pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para subsidiar a conversão em lei da Medida Provisória nº 1956-48/00. Em 27 de maio de 2000, o presidente Fernando Henrique editou a Medida Provisória nº. 1956-50, com a incorporação, no geral, da proposta do Conama.

O projeto de lei do novo Código Florestal Brasileiro tramita na Câmara Federal. A falta de consenso retarda sua votação. Será preciso encontrar uma linha de equilíbrio entre preservação ambiental e produção sustentável. A questão mais polêmica diz respeito às áreas de reserva legal e de preservação permanente. Com um sistema jurídico complexo, lento e ineficiente essa definição fica cada vez mais inadiável.